



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA



**RELATÓRIO MENSAL
CONTROLE INTERNO**

JUNHO/2026

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA.....	4
3. MATRIZ DE RISCOS E CONTROLES.....	4
4. ÁREAS VERIFICADAS	5
4.1.1. PESSOAL	7
4.1.2. ORGÃOS COLEGIADOS.....	8
4.2. ÁREA FINANCEIRA	10
4.3. ÁREA DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	13
4.4. ÁREA DE BENEFÍCIOS	16
4.5. ÁREA CONTÁBIL E E-SOCIAL.....	18
4.6. PATRIMÔNIO E CONTROLE DE ESTOQUE	19
4.7. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20
4.8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	21
4.9. EXECUÇÃO DA DESPESA	22
4.10. ÁREA JURÍDICA	23
4.11. TRANSPARÊNCIA	25
4.12. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP.....	25
4.13. ATUARIAL	26
4.14. PRÓ-GESTÃO RPPS.....	27
4.15. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	29
5. RECOMENDAÇÕES E ACOMPANHAMENTO	29
6. CONCLUSÃO.....	29

PAINEL EXECUTIVO – JUNHO/2026

ITEM	SITUAÇÃO
Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)	✓ Regular
CADPREV	✓ Regular
SICOM/TCE-MG	✓ Regular
e-Social	✓ Regular
Investimentos	✓ Regular
Compras e Contratações	✓ Regular
Patrimônio	✓ Regular
Benefícios Previdenciários	✓ Regular
Tecnologia da Informação	✓ Regular
Avaliação Atuarial	⚠ Atenção
Pró-Gestão RPPS	✓ Regular

PRINCIPAIS DESTAQUES DO MÊS

- Manutenção da regularidade do CRP, do CADPREV e do e-Social.
- Continuidade das ações voltadas à manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS – Nível III, em preparação para a auditoria de supervisão prevista para agosto de 2026.
- Rentabilidade positiva da carteira de investimentos, com resultado de R\$ 5.582.430,41 no período e patrimônio líquido superior a R\$ 527 milhões.

PRINCIPAIS PONTOS DE ATENÇÃO

- Monitoramento contínuo do déficit atuarial e das medidas destinadas ao fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
- Acompanhamento das vigências e dos contratos administrativos e do planejamento das futuras contratações.
- Continuidade dos controles patrimoniais, mediante realização periódica de inventários físicos e atualização dos registros.
- Fortalecimento contínuo dos controles relacionados à Tecnologia da Informação, especialmente quanto à segurança da informação, procedimentos de backup e documentação dos processos.
- Manutenção das ações necessárias ao atendimento dos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS.

1. INTRODUÇÃO

A Controladora Interna do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana (IPREV Mariana), nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.801/2026, apresenta o presente Relatório Mensal de Controle Interno, referente ao mês de junho de 2026, em cumprimento às atribuições conferidas pelos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, pela legislação municipal vigente, pelas Instruções Normativas nº 12/2011 e nº 14/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) e pelo Plano Anual de Auditoria do Controle Interno de 2026.

O relatório tem por finalidade apresentar o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Instituto no período, avaliar a conformidade dos atos administrativos, financeiros e previdenciários, contribuir para o aprimoramento dos controles internos e fornecer informações que subsidiem a gestão, os órgãos colegiados e o controle externo no exercício de suas competências.

Neste documento são apresentados os principais resultados das atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação realizadas pelo Controle Interno, abrangendo as áreas monitoradas durante o período, bem como as constatações, recomendações e demais aspectos considerados relevantes para a governança do Instituto.

2. METODOLOGIA

A presente análise foi desenvolvida mediante a aplicação de procedimentos de acompanhamento e controle, compreendendo o exame de processos administrativos, documentos e registros, a verificação de informações disponibilizadas pelos setores competentes, a observação física de bens patrimoniais, a comparação entre as previsões orçamentárias e a execução financeira, a realização de reuniões e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Diretoria Executiva e pelos demais setores do Instituto.

Os procedimentos tiveram por objetivo avaliar a conformidade dos atos administrativos, financeiros e previdenciários, verificar a adequação dos controles internos existentes e identificar oportunidades de aperfeiçoamento da gestão, observadas as competências do Controle Interno.

As informações apresentadas neste relatório têm como fonte os documentos constantes dos processos administrativos, os sistemas oficiais utilizados pelo Instituto, os relatórios encaminhados pelos setores responsáveis e as verificações realizadas pelo Controle Interno durante o período de referência.

3. MATRIZ DE RISCOS E CONTROLES

A Matriz de Riscos e Controles apresenta, de forma sintética, a avaliação realizada pelo Controle Interno quanto às principais áreas de atuação do Instituto, considerando os procedimentos de acompanhamento desenvolvidos durante o mês de junho de 2026, bem como o impacto potencial dos riscos identificados sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência Social.

Área	Avaliação	Nível de Risco	Aspectos Observados
Administração	Regular	Baixo	Sem inconformidades relevantes identificadas, mantendo-se o monitoramento dos controles administrativos.
Financeira	Regular	Baixo	Repasse previdenciários regulares e cumprimento das principais obrigações, permanecendo em acompanhamento a

Área	Avaliação	Nível de Risco	Aspectos Observados
			conferência dos extratos bancários e os prazos das obrigações acessórias.
Compras e Contratos	Atenção	Médio	Necessidade de acompanhamento das vigências contratuais e do planejamento das futuras contratações.
Benefícios Previdenciários	Regular	Baixo	Processos de concessão de benefícios analisados sem inconformidades relevantes.
Patrimônio	Regular	Médio	Acompanhamento dos bens patrimoniais, permanecendo recomendável a realização periódica de inventários físicos e a atualização dos registros patrimoniais.
Tecnologia da Informação	Atenção	Médio	Permanecendo recomendável o fortalecimento contínuo da segurança da informação e dos procedimentos de backup.
Atuarial	Atenção	Alto	Déficit atuarial existente, demandando acompanhamento permanente das medidas voltadas ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
Transparência	Regular	Baixo	Portal da Transparência e sítio eletrônico mantidos atualizados durante o período analisado.

Legenda:

Baixo= Situação controlada, demandando monitoramento rotineiro.

Médio= Requer acompanhamento contínuo e adoção de medidas preventivas.

Alto= Demanda acompanhamento prioritário pela Diretoria Executiva em razão do impacto potencial sobre a sustentabilidade do RPPS.

4. ÁREAS VERIFICADAS

Em observância às competências do Controle Interno, ao Plano Anual de Auditoria de 2026 e à legislação aplicável, foram realizados procedimentos de acompanhamento, fiscalização e verificação nas áreas consideradas relevantes para a gestão do Instituto, abrangendo os aspectos administrativos, financeiros, previdenciários, patrimoniais e de governança.

As verificações compreenderam as seguintes áreas:

4.1. ÁREA ADMINISTRATIVA

Os atos praticados pela Diretoria Administrativa e Financeira do IPREV Mariana, no período analisado, encontram-se, de modo geral, em conformidade com as atribuições legais e regulamentares aplicáveis à gestão administrativa, financeira e patrimonial da Autarquia. As informações a seguir foram extraídas do Relatório Mensal Administrativo da Diretoria Administrativo Financeira referente ao mês de junho de 2026.

No referido mês, verificou-se a continuidade das atividades administrativas do Instituto, com destaque para a tramitação de processos relacionados à concessão de isenção de imposto de renda (aposentados e/ou pensionistas), renovação de jornada especial de trabalho (servidora do Instituto), análise de acúmulo de cargos (aposentados) e pagamento de rescisão contratual por falecimento (ex servidor do Instituto), evidenciando o regular andamento das demandas administrativas.

Quanto às correspondências expedidas, destacam-se os ofícios encaminhados à Câmara Municipal de Mariana (Prestação de Contas), ao Vereador Marcelo Macedo (Resposta ao Ofício nº

52/2026), aos Bancos Bradesco, Itaú, e à Caixa Econômica Federal (movimentações bancárias) e à Secretaria Municipal de Fazenda.

No âmbito da gestão contratual e das contratações públicas, verificou-se a celebração de contrato para realização de curso especializado sobre Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), a prorrogação do contrato de fornecimento de água mineral e gás liquefeito, a homologação da Dispensa Eletrônica nº 02/2026 para aquisição de materiais de escritório, no valor total de R\$ 8.533,17, bem como a homologação do Pregão Eletrônico nº 01/2026 destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação, totalizando R\$ 62.983,96. Registrou-se, ainda, a abertura do Pregão Eletrônico nº 02/2026 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de impressoras (outsourcing de impressão).

No campo da gestão institucional, destaca-se a publicação da Portaria nº 46/2026, que designou o Diretor Administrativo e Financeiro para exercer a função de Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social (Gestor de Recursos), bem como das Portarias nº 47/2026 e nº 48/2026, relativas, respectivamente, às diretrizes para realização de estágio no âmbito do Instituto e à composição da Diretoria Executiva para o mandato 2026-2030. Constatou-se, ainda, a publicação de errata destinada à correção da numeração do decreto de nomeação dos dirigentes eleitos.

No que se refere ao desenvolvimento institucional, registrou-se a participação da servidora Elizangela Sara Lana e membro do Comitê, Osmerino Anelito Pena, no **59º Congresso Nacional da ABIPEM**, realizado entre os dias 10 a 12 de junho de 2026, na cidade de Natal/RN, bem como a participação de servidores Betânia Aparecida de Paula, Diego Ritis da Silva Couto e Elizangela Sara Lana no curso "**Inteligência Artificial nas Contratações Públicas**", promovido pela Associação Mineira de Municípios (AMM), contribuindo para a atualização técnica dos agentes públicos e para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Instituto.

Quanto à gestão patrimonial, verificou-se a incorporação de novo bem permanente ao patrimônio do Instituto, correspondente a um smartphone Motorola Edge 60 Pro, bem como a aquisição de equipamentos de informática, materiais permanentes e materiais de escritório destinados à modernização da estrutura administrativa e ao suporte das atividades institucionais.

No período analisado, não houve contratação de estagiários, realocação de servidores ou encerramento de benefícios administrativos. Em relação às obrigações acessórias, constatou-se o envio das informações referentes ao eSocial, SICOM e DCTFWeb dentro dos prazos informados pelo setor responsável, não sendo identificadas pendências relacionadas a essas obrigações durante o período analisado.

Observações do Controle Interno

Durante o período, constatou-se a regularização de pagamento efetuado equivocadamente no final do mês de maio de 2026, em razão de erro material na identificação do favorecido. Após a identificação da ocorrência, foram adotadas as providências administrativas cabíveis, incluindo a solicitação formal de restituição do valor e a posterior regularização da operação financeira, não sendo identificados prejuízos ao patrimônio do Instituto. Recomenda-se, contudo, o reforço dos procedimentos de conferência previamente à autorização e efetivação dos pagamentos, visando reduzir o risco de recorrência de situações semelhantes.

Verificou-se, ainda, a designação do Diretor Administrativo e Financeiro para o exercício da função de Gestor de Recursos do RPPS. Embora a nomeação atenda aos requisitos legais de

habilitação e certificação, o Controle Interno ressalta a importância da observância do princípio da segregação de funções e das boas práticas de governança previstas no Programa Pró-Gestão RPPS. Considerando a existência de cargo específico de Analista de Investimentos na estrutura administrativa do Instituto, recomenda-se que a Diretoria Executiva acompanhe a evolução dessa medida e, caso a acumulação de atribuições se torne permanente, avalie alternativas que promovam maior segregação de responsabilidades e o fortalecimento da governança institucional.

Diante das verificações realizadas, não foram identificadas irregularidades relevantes na condução das atividades administrativas durante o período analisado. As ações desenvolvidas demonstram regularidade quanto à tramitação dos processos administrativos, à gestão contratual e ao cumprimento das obrigações administrativas, permanecendo sob acompanhamento do Controle Interno as recomendações relacionadas ao fortalecimento dos controles internos, da governança e da segregação de funções.

4.1.1. PESSOAL

Apresenta-se abaixo a estrutura do quadro de pessoal ativo, estagiários e demais colaboradores do IPREV Mariana.

Quadro 1. Quadro de Pessoal Ativo e demais colaboradores:

DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CERTIFICAÇÃO RPPS
Elizangela Sara Lana	Dir. Presidente	- ANBIMA CPA 10 - CP RPPS DIRIG I - CP RPPS DIRIG II
Diego da Silva Carioca	Dir. Administrativo Financeiro	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG II -CP RPPS CODEL II -CP RPPS COFIS II CP RPPS CGINV III
Crislaine Aparecida Lourenço	Dir. Previdenciária	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG I -CP RPPS DIRIG II

CONTROLE INTERNO

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CERTIFICAÇÃO RPPS
Betânia Aparecida de Paula	Controladora Interna	- ANBIMA CPA 10 - CP RPPS DIRIG I - CP RPPS DIRIG II

GESTOR DE RECURSOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CERTIFICAÇÃO RPPS
Diego da Silva Carioca	Dir. Administrativo Financeiro	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG II -CP RPPS CODEL II -CP RPPS COFIS II CP RPPS CGINV III

SERVIDORES

NOME	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Natanielle Efigênia Fernandes dos Passos	Advogada Autárquica	Jurídico
Renato Justino Silva de Magalhães	- Auxiliar Administrativo	Diretoria Administrativa Financeira
- Diego Ritis da Silva Couto	- Assistente I - Informática	
- Naiara Trindade Oliveira	- Auxiliar Administrativa	
- Samantha Ramos de Godoy Moreira	- Assistente II – Benefícios Previdenciários	Diretoria Previdenciária
- Geisy Cristina Carlos Gonçalves	- Auxiliar Administrativo	
- Giselle Cristina Carlos Gonçalves	- Assistente III – Compras	Compras e Licitação
- Yasmim Mendes de Andrade	- Assistente I - Comunicação	
Marly Sudária da Silva de Paula	Auxiliar Administrativa	Recepção
Leandra Aparecida Saraiva	Contadora	Contabilidade

4.1.2. ORGÃOS COLEGIADOS

Sobre as atividades dos órgãos colegiados, o **Conselho Municipal de Previdência** reuniu-se ordinariamente na sede do IPREV Mariana no dia 03/06/2026 para tratar dos seguintes assuntos:

1. Posse dos eleitos na eleição do IPREV
2. Atualização do valor da bolsa de estágio do instituto
3. Sugestões para adequação da Resolução sobre participação em eventos fora do Estado
4. Premiação do IPREV
5. Publicação da Resolução sobre custeio das certificações
6. Encerramento da cessão do Analista de Investimentos
7. Código de Ética

O **Conselho Fiscal** reuniu-se ordinariamente na sede do IPREV Mariana no dia 24/06/2026 para tratar dos seguintes assuntos:

1. Análise do Relatório do Controle Interno do mês de maio/2026
2. Análise do Relatório de Investimentos do mês de maio/2026
3. Aprovação dos pareceres do Comitê de Investimentos

O **Comitê de Investimentos** reuniu-se ordinariamente na sede do IPREV Mariana no dia 16/06/2026 para tratar dos seguintes assuntos:

- 1) Reunião online com Bruna da Crédito & Mercado.
Apresentação e análise dos cenários econômicos;
Apresentação da carteira de investimentos do Instituto;
- 2) Reunião com a Investo Gestão de Recursos
ETFs.

- 3) Proposição de investimentos/desinvestimentos na carteira;
 - 4) Deliberações
Aplicação do repasse mensal;
 - 5) Tema livre para considerações finais.
- Participação do Diretor Administrativo Financeiro - Diego Carioca
Participação da Diretora Presidente - Elizangela Sara Lana

Apresenta-se no quadro abaixo a estrutura dos órgãos colegiados do IPREV Mariana conforme Lei Complementar nº 173/2018:

Conselho Municipal de Previdência - órgão superior de deliberação colegiada;

Quadro 2. Membros do Conselho Municipal de Previdência – triênio 2025/2027

NOME	VAGA	CERTIFICAÇÃO RPPS	REPRESENTAÇÃO
- Sara Quirino de Almeida Antônio Vicente de Freitas	-Titular -Suplente	-CP RPPS CODEL I -	Eleitos pelos servidores efetivos e beneficiários
- Edinalva da Conceição Silva - Luciana Pyra Ferreira	-Titular - Suplente	-CP RPPS CODEL I CP RPPS CODEL I	
- Juvenil Cassiano dos Santos - Conceição Aparecida Brandão	- Titular - Suplente	-CP RPPS CODEL I -CP RPPS CODEL I	
- Antônio Marcos Ramos de Freitas - Rita Sabina Guilherme da Silva	Titular/Presidente - Suplente	-CP RPPS CODEL I -	Indicados pelo Poder Executivo
- Edilene Barbosa Toribio - Helen Oliveira Faria de Assis Rocha	- Titular - Suplente	-CPA 10 e CP RPPS CGINV I -CP RPPS CODEF I	Indicados pelo Poder Legislativo

Conselho Fiscal - órgão fiscalizador responsável por examinar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

Quadro 3. Membros do Conselho Fiscal - triênio 2025/2027

NOME	VAGA	CERTIFICAÇÃO RPPS	REPRESENTAÇÃO
- Halysson Mendes e Souza Pinto - André Fernandes da Costa Milanez	- Titular/Presidente - Suplente	-CP RPPS COFIS I -CP RPPS COFIS I	Eleitos pelos servidores efetivos e beneficiários
- Irma Cassiano dos Santos - Quéli Madureira Campos Ferrarez	-Titular - Suplente	- -CP RPPS CODEL I	
- Ana Cristina do Vale Domingos - Elaine de Souza Nascimento	- Titular - Suplente	-CP RPPS COFIS I -CP RPPS CODEL I	Indicados pelo Poder Executivo
- Sandra Aparecida dos Reis - Bruna Santos Xavier Gomes	- Titular - Suplente	-CP RPPS CODEL I -	Indicados pelo Poder Legislativo
- Adriana Aparecida da Silva Martins - Valéria da Consolação Silva	- Titular - Suplente	-CP RPPS COFIS I -	Indicados pelo Conselho de Previdência com

formação em
Contabilidade

Comitê de Investimentos - órgão responsável pelas decisões relativas aos investimentos dos recursos garantidores;

Quadro 4. Membros do Comitê de Investimentos – triênio outubro/2024 - outubro/2027

NOME	CERTIFICAÇÃO RPPS	REPRESENTAÇÃO
- Edilene Barbosa Toribio	- CPA 10 e CP RPPS CGINV I	<i>Indicados pelo Conselho Municipal de Previdência dentre os segurados e beneficiários</i>
- Flavio de Assis Rocha	- CP RPPS CGINV I	
- Ricardo Geraldo Anselmo	- CP RPPS CODEL I; CP RPPS CGINV I e CPA 20	
- Osmerino Anelito Pena/Presidente	- CP RPPS CGINV I	
- Wesley Ferreira de Moraes	- CP RPPS CODEL I; CP RPPS CGINV I e CP RPPS CGINV II	

4.2. ÁREA FINANCEIRA

A análise realizada evidenciou que, no mês de junho de 2026, os repasses das contribuições previdenciárias dos servidores ativos e das contribuições patronais devidas ao IPREV Mariana foram efetuados regularmente pelo próprio Instituto, pela Prefeitura Municipal de Mariana, pela Câmara Municipal de Mariana e pelo SAAE Mariana.

Também foi realizado o acompanhamento dos valores recebidos pelo Instituto a título de compensação financeira entre os regimes previdenciários, por meio do Sistema de Compensação Previdenciária — COMPREV.

Diante das verificações efetuadas nas documentações disponibilizadas pelo setor responsável, constatou-se a regularidade das informações relativas aos recolhimentos previdenciários e às obrigações acessórias, permanecendo o acompanhamento mensal dos recolhimentos e dos valores devidos ao Instituto.

Quadro 5. Acompanhamento da previsão de repasses de contribuições e compensação previdenciária

ÓRGÃO/ENTIDADE	VALOR DE REPASSES
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana - IPREV MARIANA	R\$ 19.757,43
Câmara Municipal de Mariana	R\$ 15.567,82
Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE MARIANA	R\$ 138.483,37
Prefeitura Municipal de Mariana	R\$ 3.819.100,53
Prefeitura Municipal de Congonhas* (contribuição de servidor cedido)	R\$ 2.982,95
Luiz Henrique Correa** (contribuição de servidor licenciado)	R\$ 679,82
COMPREV-INSS/ESTADO DE MG	R\$ 280.910,71
TOTAL	R\$ 4.277.482,63

Fonte: Guias de Recolhimento de Contribuições e sistema COMPREV.

* Recolhimento de contribuições de servidor cedido.

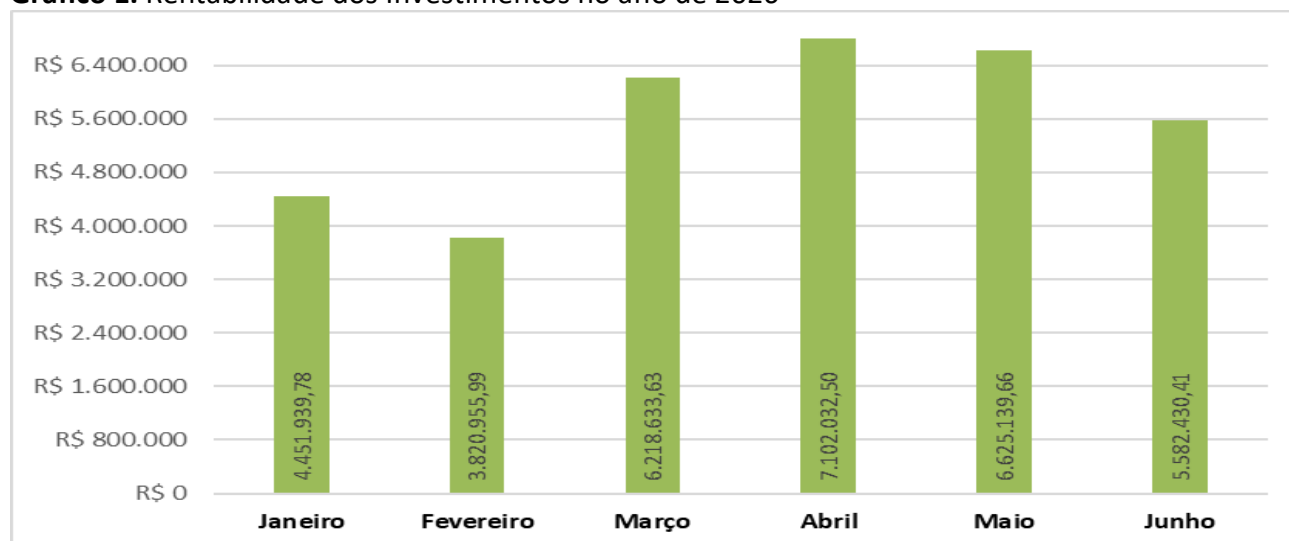
** Recolhimento de contribuições de servidor em licença sem vencimentos

Ainda no que se refere à área financeira, os investimentos do IPREV Mariana, abrangendo recursos previdenciários e administrativos, apresentaram rentabilidade de R\$ 5.582.430,41 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta e um centavos) no mês em análise.

A carteira encontra-se composta por 97,95% em ativos de renda fixa e 2,03% em renda variável. No período, os investimentos em renda fixa registraram resultado positivo de R\$ 5.561.804,39, enquanto os ativos de renda variável apresentaram rentabilidade de R\$ 20.626,02.

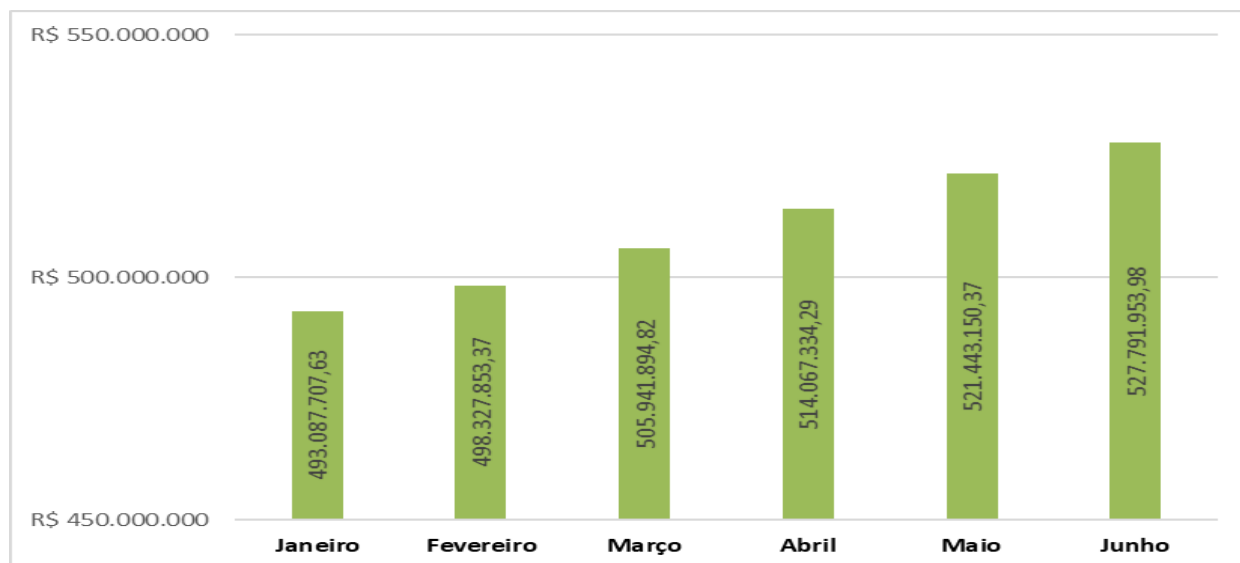
O patrimônio líquido apurado no mês de junho é de R\$ 527.791.953,98 (quinhentos e vinte e sete milhões, setecentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos), conforme evidenciado nos relatórios contábeis e de investimentos.

Gráfico 1. Rentabilidade dos Investimentos no ano de 2026



Fonte: Relatórios de Investimentos – Crédito e Mercado

Gráfico 2. Evolução do Patrimônio Líquido no ano de 2026

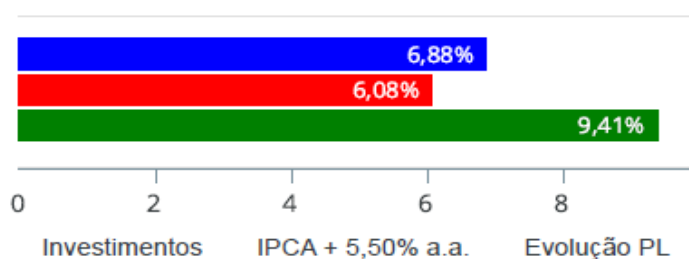


Fonte: Relatórios de Investimentos – Crédito e Mercado

A meta atuarial foi superada tanto no mês (1,07% frente à meta de 0,61%) quanto no acumulado do exercício (6,88% frente à meta de 6,08%).

Gráfico 3. Investimentos x Meta de Rentabilidade

Investimentos x Meta de Rentabilidade x PL



Fonte: Relatórios de Investimentos junho – Crédito e Mercado

Apresenta-se abaixo a posição consolidada da carteira de investimentos no mês de junho de 2026.

Quadro 6. Carteira consolidada de investimentos

Total para cálculo dos limites da Resolução: R\$ 527.693.609,10

Disponibilidades Financeiras: R\$ 98.344,88

PL Total: R\$ 527.791.953,98

Fundo	Resgate Carência	Saldo	Particip. S/ PL	Cotistas	% PL Fundo % RPPS/Fundo	Lei
TÍTULOS PÚBLICOS - OFERTA BALCÃO		377.645.096,69	71,57%		0,00%	7º III
08.703.063/0001-16 ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0 Não há	205.301,08	0,04%	86	0,02%	7º I
26.559.284/0001-44 TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RENDA FIXA SIMPLES	D+0 Não há	6.650.936,77	1,26%	95.595	0,03%	7º I
18.060.364/0001-22 BB CORPORATE BANCOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	D+0 Não há	23.412.162,05	4,44%	6.681	0,06% 3,40%	7º V
03.399.411/0001-90 BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	22.627.049,85	4,29%	724	0,08% 43,30%	7º V
00.832.435/0001-00 ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	21.727.341,06	4,12%	484	0,25% 0,00%	7º V
02.224.354/0001-45 SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	27.688.840,41	5,25%	483	0,59% 0,00%	7º V
90.400.888/0001-42 LF SANTANDER - IPCA + 6,59% - VECTO: 20/08/2029	D+0 Não se aplica	37.020.896,32	7,02% 18 II		0,00% %	7º VI
01.578.474/0001-88 BB TECNOLOGIA RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3 Não há	3.821.610,54	0,72%	12.762	1,01% 19,80%	8º I
17.502.937/0001-68 CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4 Não há	6.894.374,33	1,31%	346	0,29% 87,90% 19 III § 2º	8º III

Fonte: Relatórios de Investimentos junho – Crédito e Mercado

Em relação ao envio de informações pelo sistema CADPREV da Secretaria de Previdência, o “DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos” está em conformidade e regularizado.

Acesse o relatório de investimentos na íntegra no seguinte endereço eletrônico:
<https://iprevmariana.mg.gov.br/investimentos/?categoria=relatorios-de-investimentos>

4.3. ÁREA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A análise realizada demonstra o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Setor de Compras e Licitações durante o mês de junho de 2026, destacando-se os principais procedimentos administrativos, licitatórios e contratuais realizados no período, conforme quadro a seguir:

Data	Procedimento	Objeto
03/06/2026	Assinatura do Contrato nº 01/2026	Contratação de empresa especializada para realização de curso de capacitação sobre Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), destinado aos servidores que atuam na gestão previdenciária do RPPS.
08/06/2026	Sessão Pública – PRC nº 04/2026 – Dispensa Eletrônica nº 02/2026	Aquisição de materiais de escritório.

Data	Procedimento	Objeto
25/06/2026	Homologação – PRC nº 04/2026 – Dispensa Eletrônica nº 02/2026	Aquisição de materiais de escritório.
25/06/2026	Homologação – PRC nº 02/2026 – Pregão Eletrônico nº 01/2026	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação destinados ao IPREV Mariana.

Durante o período, o relatório do setor informa que não houve instauração de novos processos de contratação direta, tendo sido realizadas as emissões das Autorizações de Fornecimento (AF) para os prestadores de serviços dentro dos prazos estabelecidos, garantindo o regular processamento dos pagamentos decorrentes das contratações vigentes.

No que se refere à gestão contratual, verificou-se o acompanhamento dos contratos administrativos em execução, sendo identificados instrumentos com vencimento inferior a 90 dias, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Fornecedor	Objeto	Vencimento
Clube PASI de Seguros	Seguro de estagiários	31/08/2026
UniversalPrev Software e Consultoria Ltda.	Sistema de Gestão Previdenciária (ASPPREV)	04/09/2026
Companhia Itabirana de Telecomunicações	Telefonia fixa	04/09/2026
Rachel de Araújo Fragoso	Perícia médica previdenciária	15/09/2026

Em relação ao acompanhamento dos contratos, este ocorreu conforme planilha que segue:

Quadro 7. Relatório dos contratos vigentes

CONTRATOS	REFERÊNCIA	VIGÊNCIA	ADITIVO	VALOR MENSAL (R\$)
Companhia Itabirana de Telecomunicações (Internet)	PRG 01/2024	09/05/2024 a 08/05/2027	2º Termo	1.442,64
Secretaria do Estado de Governo (Publicação – Diário Oficial)	Inex. 01/2025	10/02/2025 a 10/02/2027	1º Termo	Estimativo
Castro Cotta Transportes Ltda. (Vale-Transporte)	Inex. 02/2024	20/03/2024 a 19/03/2027	4º Termo	Estimativo
Liberino Lopes – ME (Locação de Impressoras)	PRG 04/2022	15/07/2022 a 14/07/2026	3º Termo	834,27
Aluguel – Sede do IPREV	Inex. 03/2024	01/04/2024 a 31/03/2027	2º Termo	15.181,64
DATAPREV S.A. (Sistema COMPREV)	Inex. 5364/2022	14/01/2022 a 13/01/2027	—	600,00

CONTRATOS	REFERÊNCIA	VIGÊNCIA	ADITIVO	VALOR MENSAL (R\$)
Clube PASI de Seguros (Seguro de Estagiários)	Dispensa 02/2023	01/09/2024 a 31/08/2026	2º Termo	35,00
Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. (Consultoria de Investimentos)	PRG 03/2024	17/12/2024 a 16/12/2026	1º Termo	2.965,95
CMM Sistemas de Informação e Serviços Ltda. (Sistema Contábil/Patrimônio/Compras – Cloud)	PRG 41/2022	30/11/2023 a 30/11/2026	3º Termo	6.983,48
ICV Brasil Inspeção, Certificação e Vistoria Ltda. (Certificação Pró-Gestão)	PRG 03/2023	05/01/2025 a 04/01/2027	2º Termo	Estimativo
Licitar Digital Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	Termo de Cooperação Técnica nº 01/2023	01/01/2025 a 31/12/2026	3º Termo	Não oneroso
Padaria Irmãos Santos Andrade Ltda. – EPP (Fornecimento de Lanches)	Dispensa 02/2025	15/05/2025 a 15/05/2027	1º Termo	Estimativo
Rachel de Araújo Fragoso (Perícia Médica Previdenciária)	Inex. 04/2024	16/09/2024 a 15/09/2026	1º Termo	Estimativo
Consignet Sistemas Ltda.	Termo de Cooperação Técnica nº 0309/2024	03/09/2024 a 02/09/2029	—	Não oneroso
GMAES Telecom Ltda. (Desenvolvimento e Manutenção do Site)	PRG 01/2025	03/05/2025 a 03/05/2027	1º Termo	811,51
DIXI VEXT Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda. (Relógio de Ponto)	Dispensa 01/2025	14/05/2025 a 15/05/2027	1º Termo	23,43
Gás Dulico Ltda. (Fornecimento de Água)	Dispensa 03/2025	29/05/2025 a 28/05/2027	1º Termo	Estimativo
UniversalPrev Software e Consultoria Ltda. – ASPPREV	PRG 02/2025	04/09/2025 a 04/09/2026	—	4.741,66
Companhia Itabirana de Telecomunicações (Telefonia Fixa)	PRG 03/2025	04/09/2025 a 04/09/2026	—	105,23
Voenet Viagens Ltda. (Passagens Aéreas)	PRG 05/2025	14/10/2025 a 14/10/2026	—	Estimativo
RTM Consultores Associados Ltda. (Consultoria Reforma da Previdência)	Inex. 03/2025	24/09/2025 a 24/09/2026	1º Termo	6.000,00
Amanda Patrícia Dias (Serviço de Transporte)	Ata de Registro de Preços nº 02/2025	27/05/2025 a 27/05/2027	1º Termo	Estimativo
Zenite Comercial Ltda. (Uniformes)	Ata de Registro de Preços nº 01/2026	31/03/2026 a 31/03/2027	—	Estimativo

CONTRATOS	REFERÊNCIA	VIGÊNCIA	ADITIVO	VALOR MENSAL (R\$)
WS Uniformes Ltda. (Uniformes)	Ata de Registro de Preços nº 02/2026	31/03/2026 a 31/03/2027	—	Estimativo
Mottas Assessoria Ltda. (Curso sobre Certidão de Tempo de Contribuição – CTC)	Inex. 01/2026	03/06/2026 a 03/09/2026	—	—

Fonte: Informações fornecidas pelo Setor de Compras e Licitação

Observações do Controle Interno

Constatou-se que o setor mantém rotina de acompanhamento dos prazos contratuais, possibilitando o planejamento das medidas necessárias à continuidade das contratações. Considerando a proximidade do encerramento de alguns contratos, recomenda-se que os respectivos processos de renovação, nova licitação ou outra solução administrativa cabível sejam iniciados em tempo hábil, evitando descontinuidade dos serviços essenciais ao funcionamento do Instituto.

Diante das verificações realizadas, não foram identificadas inconformidades relevantes durante o período analisado nas atividades desenvolvidas pelo Setor de Compras e Licitações durante o período analisado, observando-se, de forma geral, a regularidade dos procedimentos administrativos, da gestão contratual e a observância das disposições da Lei nº 14.133/2021.

4.4. ÁREA DE BENEFÍCIOS

A análise realizada demonstra que, no mês de junho de 2026, foram concedidos 05 (cinco) benefícios de aposentadoria, não havendo concessão de pensão por morte no período analisado.

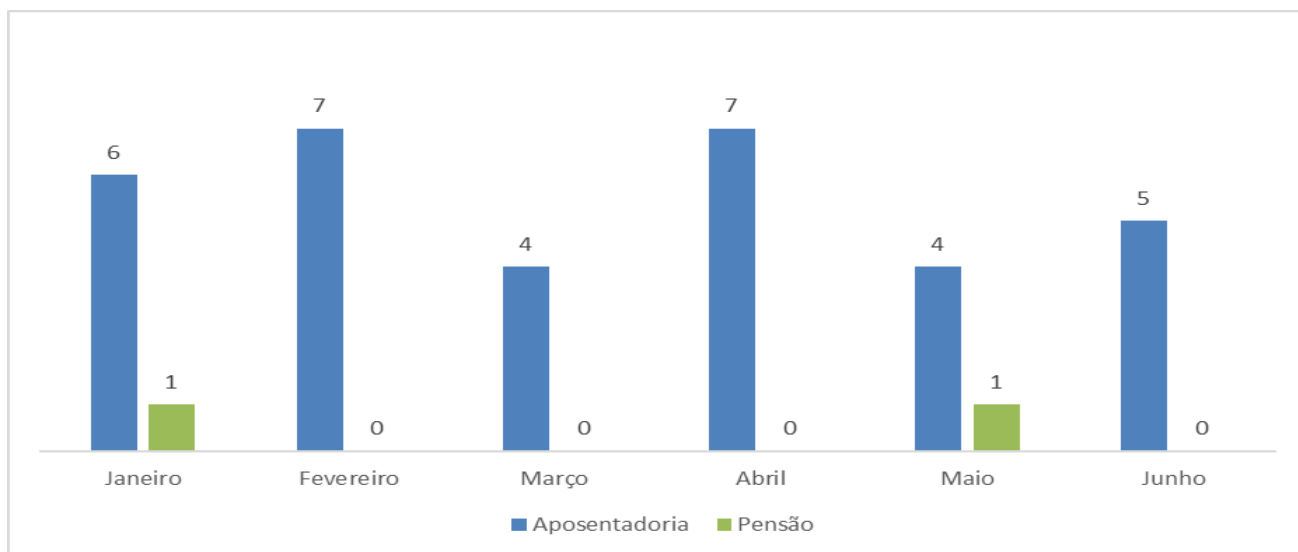
O acolhimento dos novos aposentados foi realizado no dia 08 de junho de 2026, mantendo-se a iniciativa institucional voltada à recepção dos beneficiários, oportunidade em que são apresentadas informações sobre os serviços disponibilizados pelo Instituto, bem como promovida a integração dos novos aposentados à estrutura previdenciária.

Quadro 8. Benefícios concedidos

Nome	Benefício	Cargo
Antônio Severiano Moreira	Aposentadoria Voluntária	Guarda Municipal
Vicente Matilde Ferreira	Aposentadoria Voluntária	Auxiliar de Serviços
Angelita de Oliveira Custódio	Aposentadoria Voluntária	Auxiliar Administrativo
Marcos Tadeu Moreno Moura	Aposentadoria Voluntária	Médico Especialista
Eni do Carmo Barbosa Reis	Aposentadoria Voluntária	Auxiliar de Serviços

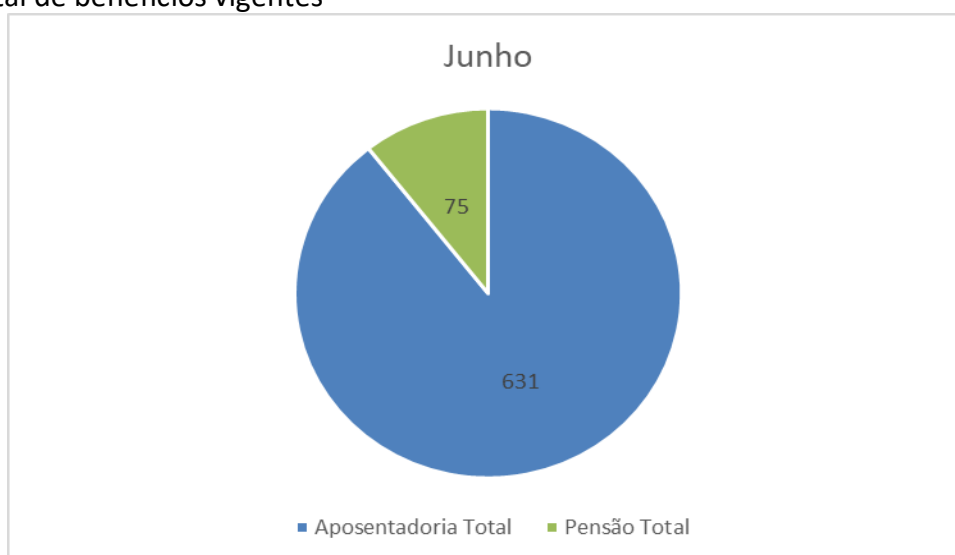
Fonte: Relatório de Concessão de Benefícios Junho – Sistema Aspprev

Gráfico 4. Benefícios concedidos no ano de 2026



Fonte: Relatório de Concessão de Benefícios Junho – Sistema Aspprev

Gráfico 5. Total de benefícios vigentes



Fonte: Relatório de Benefícios vigentes/em pagamento - Junho/2026 – Sistema Aspprev

Quanto ao Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV), com base nas informações extraídas do relatório emitido pela DATAPREV e relatório do setor, referente à competência junho de 2026, verificou-se a seguinte situação:

- **317** requerimentos aguardam análise documental;
- **01** requerimento aguarda análise médica;
- **255** requerimentos encontram-se em fase de compensação pelo RGPS;
- **25** requerimentos encontram-se em pagamento pelo RPPS do Estado de Minas Gerais;
- **06** requerimentos aguardam compensação de aposentadoria (pensão);
- **11** requerimentos encontram-se em exigência, aguardando homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- **01** requerimento encontra-se em análise pelo Perito Médico.

Adicionalmente, verificou-se que 16 requerimentos foram encaminhados pelo IPREV Mariana ao RPPS do Estado de Minas Gerais, dos quais 14 aguardam análise documental e 02 encontram-se em exigência, aguardando homologação pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais.

No período, foi creditado na conta do Instituto o valor de R\$ 268.520,64, referente à compensação previdenciária da competência 04/2026 do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como o valor de R\$ 12.390,07, referente à competência 04/2026 do RPPS do Estado de Minas Gerais. Conforme informado pela Diretoria Previdenciária, até o momento o IPREV Mariana não realiza pagamentos a título de compensação previdenciária.

Durante o mês foram realizados aproximadamente 37 atendimentos presenciais relacionados a aposentadorias, pensões por morte, simulações de aposentadoria e demais orientações previdenciárias. Foram efetuadas 07 apurações de cumprimento dos requisitos para concessão de Abono de Permanência, 11 simulações de aposentadoria, além da realização de 02 perícias médicas destinadas à revisão de pensões por invalidez. Não houve emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) nem realização do programa IPREV Itinerante durante o período.

No que se refere ao controle externo, foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do sistema FISCAP, 05 processos de concessão de benefícios. Conforme informado pelo setor, não houve intimação do Tribunal de Contas referentes à inconsistências apontadas em processos de aposentadoria ou pensão por morte no período analisado.

Observações do Controle Interno

As atividades desenvolvidas pela Diretoria Previdenciária demonstram a continuidade da instrução e análise dos processos de concessão de benefícios, da gestão da compensação previdenciária e do atendimento aos segurados. Verifica-se, ainda, a manutenção do acompanhamento dos processos junto ao COMPREV e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, contribuindo para a regularidade dos procedimentos previdenciários.

Diante das verificações realizadas, não foram identificadas irregularidades relevantes na execução das atividades da área de benefícios durante o período analisado, permanecendo sob acompanhamento do Controle Interno a evolução dos requerimentos pendentes no COMPREV e a tramitação dos processos submetidos ao Tribunal de Contas.

4.5. ÁREA CONTÁBIL E E-SOCIAL

A análise realizada demonstra que, no mês de junho de 2026, foram registrados os lançamentos contábeis relativos às receitas provenientes das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, bem como dos valores recebidos a título de compensação previdenciária, em conformidade com as informações disponibilizadas pelo setor responsável.

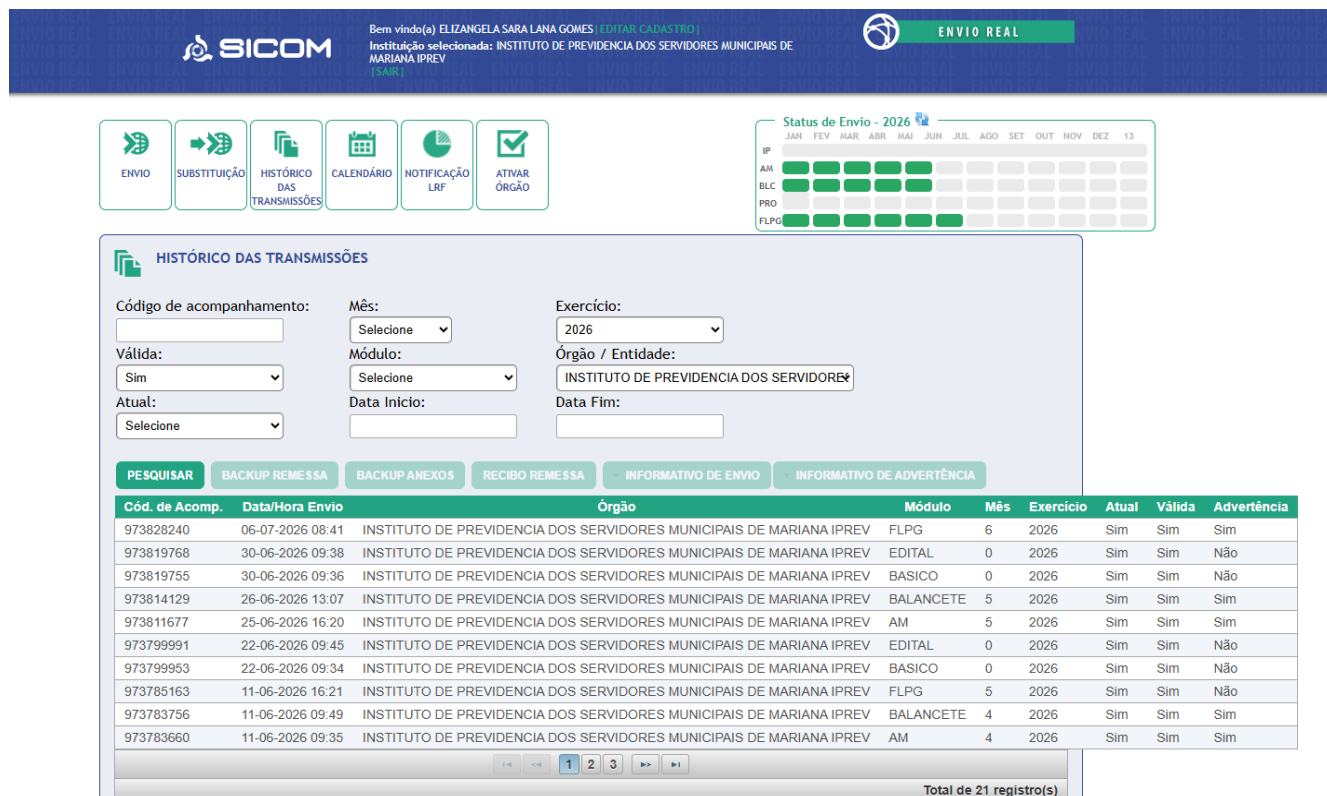
Quanto ao envio das obrigações acessórias aos órgãos de controle e fiscalização, verificou-se o seguinte status de transmissão das informações:

- **Folha de Pagamento (FLPG/SICOM):** enviada referente à competência junho/2026, em 11/06/2026;
- **Acompanhamento Mensal (AM):** enviado até a competência de maio/2026;
- **Balancete:** enviado até a competência de maio/2026;
- **eSocial:** enviado referente à competência junho/2026, em 08/06/2026;
- **DCTFWeb (e-CAC):** enviada referente à competência junho/2026, em 08/06/2026.

Observações do Controle Interno

Com base na documentação disponibilizada pelo setor responsável, verificou-se o cumprimento das principais obrigações acessórias relativas à competência analisada. Permanecem sob acompanhamento do Controle Interno os envios periódicos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos demais sistemas governamentais, considerando sua relevância para a regularidade das prestações de contas e para a transparência da gestão previdenciária.

Diante das verificações realizadas, não foram identificadas inconformidades relevantes quanto às obrigações acessórias analisadas durante o período.



Fonte: SICOM -TCE/MG – Consulta realizada em 20/07/2026.

4.6. PATRIMÔNIO E CONTROLE DE ESTOQUE

No mês de junho de 2026, verificou-se a continuidade das atividades relacionadas à gestão patrimonial e ao controle de estoque do Instituto, com registro de aquisições destinadas ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do IPREV Mariana. As movimentações identificadas no período estão relacionadas tanto ao ingresso de bens permanentes quanto ao abastecimento do estoque de materiais de consumo.

Quadro 9. Registros patrimoniais e de estoque – Junho/2026

SF nº	Credor	Objeto
126/2026	Confiança Distribuidora Ltda.	Aquisição de materiais alimentícios, de higiene e limpeza.
127/2026	WTrade Intermediação de Negócios Ltda.	Aquisição de materiais alimentícios, de higiene e limpeza.
128/2026	Varejão Popular Comércio e Serviços Ltda.	Aquisição de materiais alimentícios, de higiene e limpeza.
164/2026	Oscimar Cota Barbosa	Aquisição de materiais para escritório.

SF nº	Credor	Objeto
165/2026	Comercial Prime Ltda.	Aquisição de materiais para escritório.
167/2026	Compasso Papelaria e Representações Ltda.	Aquisição de materiais para escritório.
169/2026	IDEA Tecnologia Ltda.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação.
170/2026	Sinces Tecnologia Comércio e Serviços Ltda.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação.
171/2026	MRG Digital Assessoria e Design Ltda.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação.
173/2026	HM Informática Ltda.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de informática e tecnologia da informação.

Observações do Controle Interno

As atividades desenvolvidas na área patrimonial demonstram a continuidade dos procedimentos de registro e controle dos bens e materiais destinados ao atendimento das necessidades do Instituto. Ressalta-se a importância da manutenção dos registros patrimoniais atualizados e das informações relativas à localização, responsabilidade e conservação dos bens contribui para a efetividade dos controles internos e para a confiabilidade das informações patrimoniais.

Diante das verificações realizadas, não foram identificadas irregularidades relevantes na gestão patrimonial durante o período analisado.

4.7. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O IPREV Mariana mantém ações voltadas à transparência institucional por meio da divulgação de informações em seu sítio eletrônico oficial, além da disponibilização de canais de atendimento aos segurados e à sociedade, como e-mail institucional, telefone, WhatsApp e o aplicativo "ASPPREV – Meu IPREV", contribuindo para o acesso às informações e aos serviços previdenciários.

No que se refere à segurança da informação, verificou-se a manutenção das rotinas de backup realizadas pelas empresas responsáveis pelos sistemas informatizados utilizados pelo Instituto, bem como dos procedimentos internos de salvaguarda de arquivos em ambiente de rede compartilhada com o servidor da Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da infraestrutura OpenVPN, conforme previsto na Política de Segurança da Informação.

A área de Tecnologia da Informação conta com servidor designado para prestar suporte às demandas internas do Instituto, além do apoio técnico disponibilizado pelo setor de Tecnologia da Informação do Município, contribuindo para a manutenção dos sistemas, da infraestrutura tecnológica e do atendimento às necessidades operacionais da Autarquia.

Observações do Controle Interno

A manutenção de uma estrutura de Tecnologia da Informação adequada constitui importante instrumento para assegurar a continuidade dos serviços, a integridade das informações e o suporte às atividades desenvolvidas pelo Instituto. Nesse contexto, recomenda-se a continuidade das ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica, à atualização dos procedimentos de segurança da informação e ao aperfeiçoamento contínuo dos recursos humanos e tecnológicos, em consonância com as diretrizes de governança previstas no Programa Pró-Gestão RPPS.

Diante das verificações realizadas, não foram identificadas ocorrências relevantes relacionadas à área de Tecnologia da Informação no período analisado.

4.8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

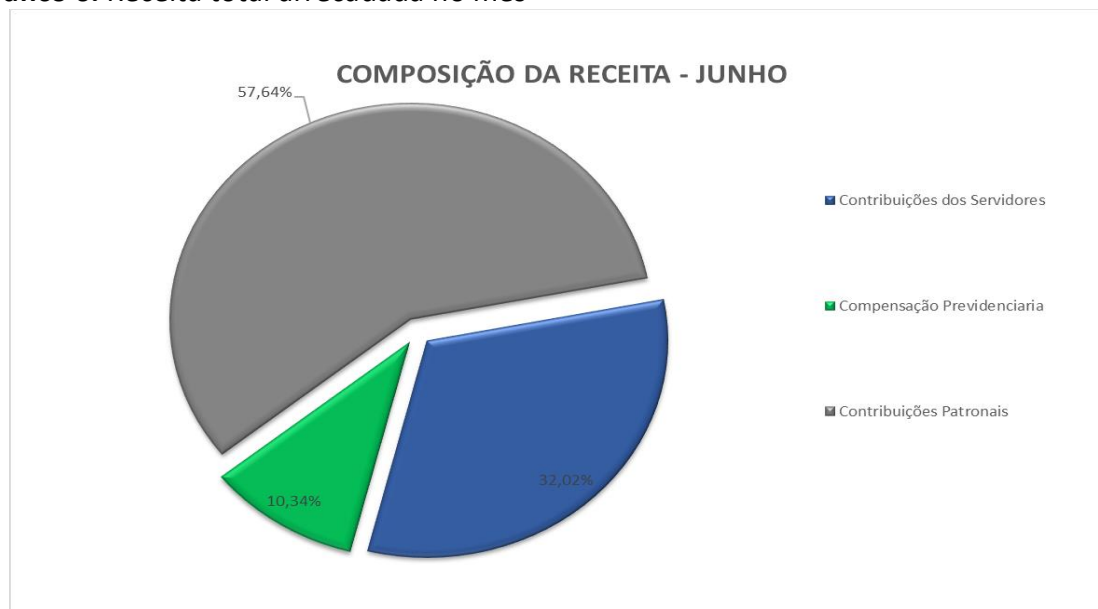
Em relação à Execução Orçamentária da Receita, o demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por natureza, indicando o percentual arrecadado no mês de junho de 2026.

Quadro 9. Demonstrativo da receita total arrecadada no mês

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA ARRECADADA (R\$)
RECEITAS CORRENTES¹	
Contribuições dos Servidores	1.434.708,22
Remuneração dos Recursos do RPPS	-
Outras Restituições	-
Compensação Previdenciária/COMPREV	280.910,71
Contribuições Patronais	2.581.070,15
Total	R\$ 4.296.689,08

Fonte: Dados retirados do Balancete de Receita de junho/2026 – Betha Cloud

Gráfico 6. Receita total arrecadada no mês



¹ Nota Explicativa: Composição do total Arrecadado "Receitas Correntes"

O art. 11 da Lei nº 4.320/64 dispõe: A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982). §1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982) (...). No quadro acima, foram considerados para composição do saldo das receitas correntes entre outros: as receitas referentes às contribuições dos servidores e contribuições patronais. É importante ressaltar que, conforme Lei nº 064/2008 e posteriormente alterado pela Lei Complementar Municipal nº141/2014, o recolhimento das contribuições dos segurados obrigatórios e dos empregados será efetuado ao IPREV Mariana até o 15º (décimo quinto) dia útil, após a data de pagamento da remuneração dos servidores municipais. Nesse sentido as guias de recolhimento das contribuições emitidas por competência serão repassadas ao Instituto respeitando o prazo estabelecido, conforme lei acima citada.

Fonte: Balancete de Receita - Betha Cloud

4.9. EXECUÇÃO DA DESPESA

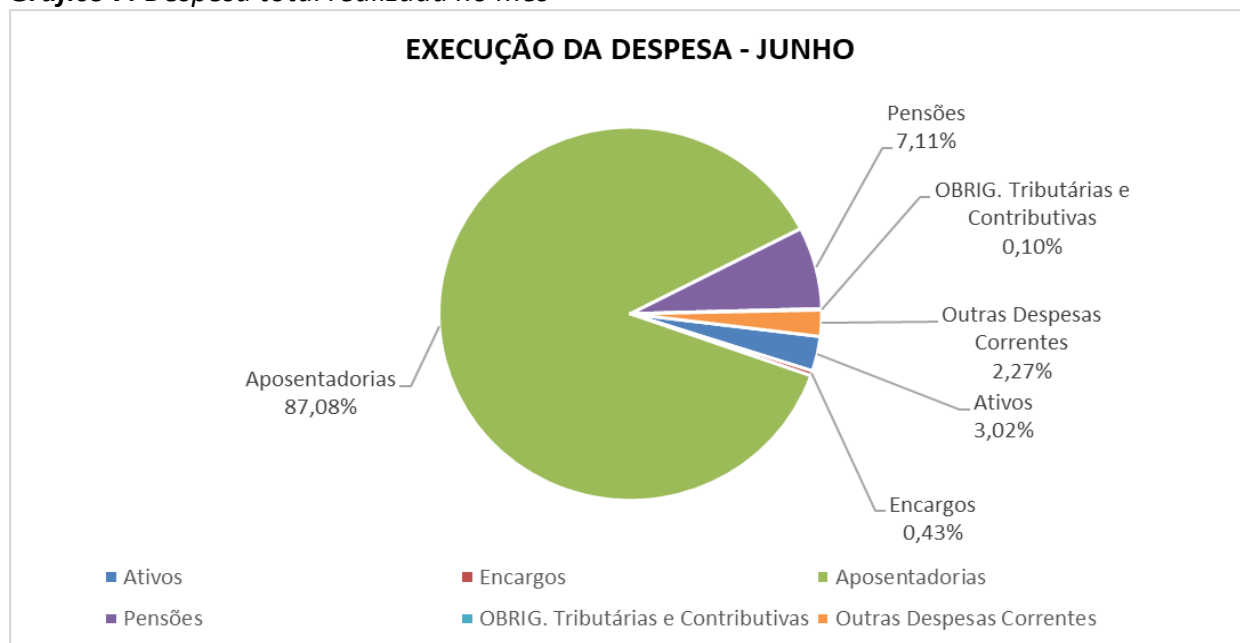
Quanto à Execução da Despesa, o demonstrativo apresenta as despesas detalhadas por grupo de natureza da despesa, evidenciando o percentual realizado no mês de junho de 2026.

Quadro 10. Demonstrativo da despesa total realizada no mês

NATUREZA DA DESPESA	VALOR (R\$)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
Ativos	106.753,98
Encargos	15.116,54
MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	
Aposentadorias	3.080.862,73
Pensões	251.425,14
OBRIG. TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (PASEP)	3.670,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES²	80.288,47
Total	R\$ 3.538.117,71

Fonte: Dados retirados do Balancete de Despesa de junho/2026 - Betha Cloud

Gráfico 7. Despesa total realizada no mês



² Nota Explicativa: Composição do Saldo "Outras Despesas Correntes"

Trata-se do grupo de natureza da despesa em que se computam os gastos com a manutenção das atividades do IPREV Mariana. No quadro acima, foram considerados para composição do saldo os gastos com: material de consumo, passagens, despesas de locomoção, serviços de consultoria e serviços de terceiros Pessoa Física e Jurídica. Os serviços de terceiros Pessoa Física e Jurídica também estão incluídos as despesas com estagiários, despesas com energia, telefone e serviços postais, caracterizadas como serviços contínuos e essenciais para o funcionamento da entidade pública, sem os quais se tornam inviáveis a consecução de suas atividades e a preservação do seu patrimônio. Acrescente-se a isso é realizada a contratação direta desses serviços com emissão de nota de empenho estimativo de despesa.

Fonte: Balancete de Despesa junho 2026 – Betha Cloud

Observações do Controle Interno

A análise da execução orçamentária da receita e da despesa evidencia que a arrecadação do período permaneceu concentrada nas contribuições previdenciárias e nos repasses de compensação previdenciária, enquanto a execução da despesa manteve predominância dos pagamentos de benefícios previdenciários, em consonância com a finalidade institucional do RPPS.

O acompanhamento contínuo da execução orçamentária permite ao Controle Interno monitorar o comportamento das receitas e despesas ao longo do exercício, subsidiando a gestão na adoção de medidas voltadas ao equilíbrio financeiro e orçamentário do Instituto.

Diante das informações analisadas, não foram identificadas ocorrências relevantes relacionadas à execução orçamentária no período.

4.10. ÁREA JURÍDICA

No mês de junho de 2026, o Setor Jurídico deu continuidade às atividades de assessoramento e consultoria jurídica à Administração do Instituto, prestando suporte técnico às demandas institucionais, aos processos administrativos, às matérias previdenciárias e aos procedimentos relacionados às áreas de benefícios, licitações e contratos.

Durante o período, o setor participou de reuniões da Diretoria Executiva e de alinhamentos internos destinados à definição de prioridades e ao acompanhamento das demandas institucionais, contribuindo para o adequado encaminhamento das questões submetidas à análise jurídica. Também foram realizados estudos normativo-jurídicos, elaboração de documentos oficiais, emissão de pareceres e manifestações técnicas em processos administrativos, além do atendimento presencial aos segurados do RPPS e do apoio às demandas encaminhadas pela Administração e ao Setor de Compras.

No período, foram elaborados 06 (seis) pareceres jurídicos relativos à concessão de benefícios previdenciários, 02 (dois) pareceres relacionados a licitações e contratos administrativos, 01 (uma) manifestação jurídica em processo administrativo específico e 08 (oito) minutas de portarias destinadas à área de benefícios e à Diretoria da Presidência.

Quanto ao contencioso judicial, verificou-se o acompanhamento de 12 (doze) processos judiciais em que o Instituto figura como parte ou interessado, envolvendo matérias relacionadas a benefícios previdenciários, contribuições previdenciárias, processos administrativos, questões eleitorais e licitações. Conforme demonstrado no relatório do setor, os processos encontram-se em diferentes fases processuais, incluindo instrução, julgamento, recursos, arquivamentos definitivos e cumprimento de decisões judiciais.

Quadro 11. Relação de processos judiciais em andamento no PJE- Processos Judiciais Eletrônicos

Nº DO PROCESSO/ PARTE		PRETENSÃO	DEFESA	SITUAÇÃO
1	5004488- 63.2025.8.13.040 0 Selma Gonçalves da Silva	Pagamento de diferenças remuneratórias em provento de aposentadoria após reconhecimento de progressão.	Em análise.	Pendente de citação.

Nº DO PROCESSO/ PARTE		PRETENSÃO	DEFESA	SITUAÇÃO
2	5003754- 49.2024.8.13.040 0 Sara Quirino Almeida	Reconhecimento de atividade em rede de Ensino Superior e no PIP como efetivo exercício de magistério.	Impossibilidade. Vedação Legal e Constitucional.	Processo remetido à Turma Recursal – Viçosa. Pronto para julgamento.
3	5003187- 81.2025.8.13.040 0 Adriana Carla de Oliveira Ramalho	Descontos previdenciários. Previdência Complementar.	Pedido de adesão voluntária da parte ré. Ausência de requerimento.	Concluso para julgamento.
4	5004321- 46.2025.8.13.040 0 Marisa Bernadete Alves Trindade	Requerimento de Aposentadoria por Invalidez.	Servidora aposentada pelo RPPS Estadual utilizando tempo e contribuição do cargo público municipal.	Pendente de citação. Pedido liminar indeferido. Agravo de instrumento não provido.
5	5001498- 02.2025.8.13.040 0 Elói Martins de Melo	Pedido de concessão de aposentadoria compulsória, em virtude de indeferimento no âmbito administrativo. Com pedido de liminar.	Utilização de contribuição do cargo efetivo para aposentação no RGPS (INSS).	Concluso para julgamento.
6	5005337- 40.2022.8.13.04 00 Helenice Da Conceicao Dutra	Reconhecimento de tempo de reintegração como efetivo exercício de magistério para fins previdenciários e danos morais.	O Requerente apresentou réplica à contestação.	Pretensão da autora julgada improcedente.
7	5003504- 95.2022.8.13.04 61 Maria Geralda Rodrigues de Paula	Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, desde a data de entrada do requerimento de aposentadoria + Danos morais.	O Requerente apresentou réplica à contestação.	Pretensão da autora julgada improcedente em sede recursal. Reexame necessário de ofício declarando ilegal a Lei Municipal 3.617/2022.
8	5004822- 05.2022.8.13.040 0 Jadir Ferreira do Nascimento	Conversão de Auxílio Doença em Benefício de Aposentadoria por Invalidez.	Aguardando realização de perícia médica.	Recurso de apelação em análise.
09	5002159- 83.2022.8.13.04 00 Elizangela Sara Lana Gomes	Suspensão da coleta de votos referente e a eleições do IPREV- Mariana e posse no cargo de Diretor Presidente conforme resultado da eleição.	Pedidos integralmente cumpridos. Não houve objeção pelo IPREV nem da Comissão Eleitoral.	Processo sentenciado. Arquivado sem julgamento do mérito. Perda do objeto.

Fonte: Informações fornecidas pelo setor jurídico do IPREV/ consulta ao PJE

Observações do Controle Interno

As atividades desenvolvidas pelo Setor Jurídico demonstram a continuidade do assessoramento técnico às demandas institucionais e do acompanhamento dos processos judiciais envolvendo o Instituto, contribuindo para a segurança jurídica dos atos administrativos e para o suporte às decisões da Administração.

No período analisado, não foram identificados fatos que evidenciassem risco jurídico relevante capaz de comprometer a regularidade das atividades desenvolvidas pelo IPREV Mariana, permanecendo o acompanhamento das demandas judiciais e administrativas sob responsabilidade do setor competente.

4.11. TRANSPARÊNCIA

O IPREV Mariana mantém seu Portal da Transparência e o sítio eletrônico institucional como instrumentos de divulgação das informações de interesse público, disponibilizando documentos relacionados à gestão previdenciária, financeira, administrativa e de investimentos, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública.

No período analisado, verificou-se a continuidade da publicação de informações institucionais, incluindo balancetes contábeis, políticas e relatórios de investimentos, atas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, legislações, atos administrativos, relatórios de controle interno e demais documentos de interesse dos segurados e da sociedade. Complementarmente, os atos administrativos e normativos continuam sendo publicados no Diário Oficial do Município, contribuindo para a ampla divulgação das ações desenvolvidas pelo Instituto.

Observações do Controle Interno

A transparência constitui importante instrumento de governança e controle social, favorecendo o acesso às informações públicas e o acompanhamento da gestão pelos segurados, órgãos de controle e pela sociedade.

Durante o período, verificou-se a manutenção dos canais de divulgação institucional, não sendo identificadas ocorrências relevantes que comprometessem a publicidade das informações disponibilizadas pelo Instituto, permanecendo o acompanhamento da transparência ativa como atividade contínua do Controle Interno.

4.12. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

Verificou-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Município foi renovado administrativamente em 12 de janeiro de 2026, com validade até 11 de julho de 2026, conforme demonstrado a seguir.



Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Mariana UF: MG
CNPJ Principal: 18.295.303/0001-44

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 12/01/2026
VÁLIDO ATÉ 11/07/2026

N.º 984799 -
250317

Fonte: Consulta ao Certificado de Regularidade Previdenciária – Sistema CADPREV/Secretaria de Previdência.

Em consulta ao extrato do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), constatou-se que todos os critérios exigidos pela Secretaria de Previdência para sua emissão permaneciam em situação regular.

Observações do Controle Interno

A manutenção da regularidade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) evidencia o cumprimento dos critérios previdenciários, financeiros, atuariais e de gestão exigidos pela Secretaria de Previdência para sua emissão, constituindo importante indicador da regularidade previdenciária do Instituto.

O acompanhamento periódico da situação do CRP e dos critérios necessários à sua manutenção integra as atividades do Controle Interno, considerando a relevância do certificado para a regularidade institucional do Regime Próprio de Previdência Social e para a celebração de convênios, transferências voluntárias e demais atos que dependam de sua validade.

Para consulta ao extrato do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), acesse:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/extrato/extratoExterno.xhtml?cnpj=18295303000144>

4.13. ATUARIAL

O IPREV Mariana realiza, anualmente, a reavaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, encaminhando os resultados por meio do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) à Secretaria de Previdência, em conformidade com os prazos e requisitos estabelecidos na legislação aplicável.

O Relatório de Avaliação Atuarial mais recente, emitido em 27 de fevereiro de 2026, apurou déficit atuarial de R\$ 872.151.072,54 (oitocentos e setenta e dois milhões, cento e cinquenta e um mil, setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Quadro 12. Resultados da Avaliação Atuarial de 2026

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBC + RMBaC)	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 500.310.103,24
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ 855.272.589,77
(=) Reserva Matemática (RMBC + RMBaC)	R\$ 1.355.582.693,01
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 483.431.620,47
(=) Déficit Atuarial (Reserva a Amortizar)	R\$ 872.151.072,54

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2026 – FAC Gestão Atuarial.

Em comparação com a Avaliação Atuarial de 2025, que apurou déficit atuarial de R\$ 979.705.794,18, observa-se redução de R\$ 107.554.721,64, indicando evolução favorável dos resultados atuariais do plano, sem afastar a necessidade de adoção e acompanhamento contínuo de medidas voltadas à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Observações do Controle Interno

O equilíbrio financeiro e atuarial constitui princípio fundamental dos Regimes Próprios de Previdência Social, devendo ser objeto de acompanhamento contínuo pela Administração, pelos Conselhos e pelos órgãos de controle.

Nesse contexto, permanece relevante o monitoramento dos estudos atuariais e das medidas destinadas ao equacionamento do déficit atuarial, bem como o acompanhamento das discussões relacionadas à adequação da legislação previdenciária municipal às diretrizes estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, observadas as particularidades do Município e as orientações da Secretaria de Previdência.

4.14. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, tem por objetivo incentivar a adoção de boas práticas de gestão pelos Regimes Próprios de Previdência Social, estruturando-se nos pilares de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

No âmbito do IPREV Mariana, registra-se que o Instituto obteve a Certificação Institucional Nível III em junho de 2024. Posteriormente, nos dias 18 e 19 de agosto de 2025, foi submetido à auditoria de supervisão presencial, mantendo a certificação obtida e evidenciando a continuidade do atendimento aos requisitos estabelecidos pelo programa.

A certificação permanece válida até 10 de julho de 2027, estando prevista nova auditoria de supervisão para o mês de agosto de 2026, ocasião em que será verificada a manutenção da conformidade com os requisitos exigidos pelo Pró-Gestão RPPS.



CERTIFICADO

Certificado nº: ICVRPPS.002.PG-001-2024/Rev00

A **ICV Brasil** - Inspeção, Certificação e Vistoria

Certifica que a Autarquia :

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE

MARIANA - IPREV MARIANA

CNPJ: 30.317.936/0001-01

Rua Santa Cruz, 28 – Barro Preto

Mariana/MG - CEP: 35420-000.

Implementou e cumpre as exigências estabelecidas no

PRÓ-GESTÃO RPPS

“Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no:

Nível III (Recertificação)

Através de auditoria realizada pelo **ICV BRASIL** foi comprovado atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 5/2024.

Validade do Certificado: 10/07/2027

São Paulo, 11 de julho de 2024


Suzete Schipa Suzuki
CEO

ICV Brasil - Rua General Jardim, 633 - Vila Buarque
São Paulo - SP - CEP 01223-011 / (11) 3150-0840



A validade deste documento deve ser confirmada com o número de QR CODE



CERTIFICADO

Certificado nº: ICVRPPS.011.PG-001-2024/Rev00

A **ICV Brasil** - Inspeção, Certificação e Vistoria

Certifica que o (a) :

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE MARIANA - IPREV MARIANA.

CNPJ: 30.317.936/0001-01

Endereço da Unidade Gestora: Rua Santa Cruz, 28 - Barro Preto - Mariana (MG) - CEP: 35424-176 - Brasil

Representante Legal da Unidade Gestora: Elizangela Sara Lana
Representante do Ente Federativo: Juliano Vasconcelos Gonçalves

Implementou e cumpre as exigências estabelecidas no

PRÓ-GESTÃO RPPS

“Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015 alterada pela Portaria MF Nº 577/2017, obtendo a certificação institucional no:

Nível III (Supervisão)

Através de auditoria realizada pela **ICV BRASIL** foi comprovado atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, autorizado pela Portaria SRPC nº 446, publicada em 21/02/2025.

Validade do Certificado: 10/07/2027

São Paulo, 22 de Agosto de 2025


Suzete Schipa Suzuki
CEO

ICV Brasil - Av. Paulista, 777 - 15º andar - sala 13
Cerroqueira Cesar - São Paulo - SP - CEP 01311-914



A validade deste documento deve ser confirmada com o número de QR CODE

Observações do Controle Interno

Considerando a realização da auditoria de supervisão, agora prevista para agosto de 2026, permanece relevante a continuidade das ações voltadas ao atendimento dos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS, observando-se a necessidade de manutenção da Certificação Institucional Nível III.

A manutenção da Certificação Institucional Nível III demonstra o compromisso do Instituto com o fortalecimento da governança, da transparência, da gestão de riscos, dos controles internos e da educação previdenciária, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo da gestão do Regime Próprio de Previdência Social.

Permanece relevante o monitoramento contínuo das ações destinadas à manutenção dos requisitos do programa, promovendo a atualização dos procedimentos internos, o fortalecimento das práticas de governança institucional e a melhoria contínua dos processos administrativos.

O Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.1, atualmente vigente, pode ser consultado no endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/manual-do-pro-gestao-rpps>

Os requisitos para a certificação profissional dos dirigentes, conselheiros e membros dos Comitês de Investimentos dos RPPS podem ser consultados no portal da Secretaria de Previdência, disponível em:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/Requisitos-para-Dirigentes-e-Conselheiros-de-RPPS>

4.15. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O IPREV Mariana desenvolve ações de Educação Previdenciária com o objetivo de disseminar informações sobre o Regime Próprio de Previdência Social, promover maior conhecimento acerca dos direitos e deveres dos segurados e fortalecer a transparência e o relacionamento institucional.

Nesse contexto, destaca-se o projeto IPREV Itinerante, iniciativa voltada à aproximação do Instituto com seus segurados por meio da divulgação de informações relativas às regras e benefícios previdenciários, recadastramento, arrecadação, patrimônio, população assistida, impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019, além da realização de simulações de aposentadoria e atendimentos individualizados.

No mês de junho de 2026, não foram realizadas ações do projeto IPREV Itinerante.

Observações do Controle Interno

Embora não tenham sido realizadas atividades do programa no período, a Educação Previdenciária permanece como importante instrumento de fortalecimento da governança, da transparência e da participação dos segurados, contribuindo para a disseminação de informações previdenciárias e para o aprimoramento da relação entre o Instituto e seus beneficiários.

As ações de Educação Previdenciária integram um dos pilares do Programa Pró-Gestão RPPS, contribuindo para o fortalecimento da cultura previdenciária, da transparência institucional e da gestão participativa, razão pela qual recomenda-se a continuidade do desenvolvimento de iniciativas voltadas à orientação e ao atendimento dos segurados.

As informações sobre o projeto IPREV Itinerante podem ser consultadas no Portal do IPREV Mariana:

<https://iprevmariana.mg.gov.br/educacao-previdenciaria/iprev-itinerante/>

5. RECOMENDAÇÕES E ACOMPANHAMENTO

Durante o mês de junho de 2026, verificou-se que as recomendações anteriormente emitidas pelo Controle Interno permanecem sendo acompanhadas pela Administração, observando-se

evolução na adoção de medidas voltadas ao fortalecimento dos controles internos e da governança institucional.

Quanto à gestão dos investimentos, permanece sob acompanhamento a recomendação relativa à observância das boas práticas de governança e da segregação de funções, considerando a designação do Diretor Administrativo e Financeiro para exercer a função de Gestor de Recursos. Caso a Diretoria Executiva opte pela manutenção da atual estrutura apesar existência de cargo específico de Analista de Investimentos na estrutura administrativa do Instituto, recomenda-se a adoção e o fortalecimento de mecanismos de controle, supervisão e acompanhamento das atividades relacionadas à gestão dos investimentos, de forma a assegurar a transparência, a mitigação de riscos, a adequada segregação das funções passíveis de separação e a observância das boas práticas de governança aplicáveis aos RPPS.

Em relação às contratações públicas, recomenda-se a continuidade do acompanhamento das vigências contratuais e do planejamento das futuras contratações, bem como o fortalecimento da fiscalização da execução dos contratos celebrados.

No âmbito da Tecnologia da Informação, recomenda-se a continuidade do fortalecimento dos controles relacionados à segurança da informação, aos procedimentos de backup e à formalização da documentação dos processos de TI, em consonância com as boas práticas de governança.

Quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, recomenda-se o acompanhamento permanente da avaliação atuarial, das medidas destinadas ao equacionamento do déficit atuarial e da adequação da legislação municipal.

Por fim, considerando a auditoria de supervisão do Programa Pró-Gestão RPPS prevista para agosto de 2026, recomenda-se a continuidade das ações voltadas ao atendimento dos requisitos exigidos para manutenção da Certificação Institucional Nível III, fortalecendo os mecanismos de governança, gestão e controles internos do Instituto.

6. CONCLUSÃO

Os procedimentos de acompanhamento realizados pelo Controle Interno durante o mês de junho de 2026 evidenciam que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana – IPREV Mariana manteve, de forma geral, regularidade na condução de suas atividades administrativas, financeiras, previdenciárias, patrimoniais e de governança, observadas as competências e os limites de atuação desta Controladoria.

As verificações realizadas não identificaram irregularidades relevantes capazes de comprometer a legalidade dos atos administrativos ou o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social, constatando-se o cumprimento das principais obrigações legais e regulamentares, a manutenção da regularidade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), do CADPREV e do e-Social, bem como desempenho positivo da carteira de investimentos e continuidade das ações destinadas à manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS – Nível III.

Permanecem, entretanto, como pontos de acompanhamento contínuo, o monitoramento do déficit atuarial, o fortalecimento da segregação de funções, o acompanhamento das contratações

públicas e das vigências contratuais, o aperfeiçoamento dos controles patrimoniais, bem como a preparação institucional para a auditoria de supervisão do Programa Pró-Gestão RPPS.

Diante do exposto, conclui-se que os controles internos do Instituto se apresentam, de modo geral, adequados ao desempenho das atividades desenvolvidas no período analisado, permanecendo as recomendações constantes deste relatório como instrumentos destinados ao aperfeiçoamento contínuo da gestão, ao fortalecimento da governança e à mitigação dos riscos inerentes à administração do Regime Próprio de Previdência Social.

Ressalta-se que as verificações realizadas decorreram de procedimentos de acompanhamento e monitoramento, não substituindo auditorias específicas

Mariana, 23 de julho de 2026.

Betânia Aparecida de Paula
Controladora Interna
IPREV Mariana